PREFEITURA MUNICIPAL DE POMPEIA

www.pompeia.sp.gov.br – pmp@pompeia.sp.gov.br
Rua Dr. José de Moura Resende 572 – Caixa Postal n.º 1 – CEP 17580-000 – Fone/Fax (14) 34051500

PREFEITURA MUNICIPAL DE POMPEIA
DECRETO Nº 6.679, DE 15 DE OUTUBRO DE 2026

Institui a Política Municipal de Alfabetização – "Alfabetiza Pompeia", no âmbito da Rede Municipal de Ensino de Pompeia, e dá providências correlatas.

DIOGO MONTEFUSCO CESCHIM SILVA, Prefeito Municipal de Pompeia, Estado de São Paulo, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação vigente,

CONSIDERANDO o disposto nos arts. 205, 206, inciso I, e 208 da Constituição Federal, que reconhecem a educação como direito de todos e dever do Estado e da família, asseguram a igualdade de condições para o acesso e a permanência na escola e estabelecem as garantias do dever estatal com a educação;

CONSIDERANDO a Lei Federal nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 — Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, especialmente quanto aos princípios, às finalidades e à organização da Educação Infantil e do Ensino Fundamental;

CONSIDERANDO a Lei Federal nº 8.069, de 13 de julho de 1990 — Estatuto da Criança e do Adolescente, que assegura à criança e ao adolescente o direito à educação e ao pleno desenvolvimento de sua pessoa;

CONSIDERANDO a Lei Federal nº 13.257, de 8 de março de 2016 — Marco Legal da Primeira Infância, que estabelece princípios e diretrizes para a formulação e a implementação de políticas públicas voltadas ao desenvolvimento integral da criança;

CONSIDERANDO as metas e estratégias estabelecidas no Plano Nacional de Educação e no Plano Municipal de Educação de Pompeia, especialmente as relacionadas à alfabetização, à qualidade e à equidade educacional;

CONSIDERANDO a Base Nacional Comum Curricular — BNCC, instituída pela Resolução CNE/CP nº 2, de 22 de dezembro de 2017, e o Currículo Paulista, como referências para a organização curricular da Rede Municipal de Ensino;

CONSIDERANDO o Decreto Federal nº 11.556, de 12 de junho de 2023, que institui o Compromisso Nacional Criança Alfabetizada, em regime de colaboração entre a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios;

CONSIDERANDO a Portaria MEC nº 85, de 31 de janeiro de 2025, que estabelece diretrizes para o Programa de Formação Continuada Leitura e Escrita na Educação Infantil — LEEI, no âmbito do Compromisso Nacional Criança Alfabetizada;

CONSIDERANDO o Decreto Estadual nº 68.335, de 20 de fevereiro de 2024, que institui o Programa Alfabetiza Juntos SP, e a adesão do Município às políticas de colaboração voltadas à alfabetização das crianças na idade adequada;

CONSIDERANDO a necessidade de assegurar a todas as crianças o direito à alfabetização e à continuidade de suas aprendizagens ao longo da Educação Básica, com atenção à equidade e à inclusão;

CONSIDERANDO a importância da articulação entre a Educação Infantil e o Ensino Fundamental, assegurando uma transição acolhedora, contínua e respeitosa às especificidades da infância;

CONSIDERANDO as ações já desenvolvidas no âmbito do Programa "Alfabetiza Pompeia", destinadas ao fortalecimento da alfabetização, da formação continuada e do acompanhamento pedagógico na Rede Municipal de Ensino;

D E C R E T A:

CAPÍTULO I
DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 1º Fica instituída, no âmbito da Rede Municipal de Ensino de Pompeia, a Política Municipal de Alfabetização – "Alfabetiza Pompeia", destinada a assegurar o direito à alfabetização e à aprendizagem de todas as crianças, com prioridade para a alfabetização até o final do 2º ano do Ensino Fundamental.

Parágrafo único. A Política Municipal de Alfabetização constitui política educacional permanente do Município, cabendo à Secretaria Municipal de Educação e Cultura coordenar sua implementação, acompanhamento, monitoramento e avaliação.

Art. 2º A Política Municipal de Alfabetização terá como público-alvo:

I – crianças da Educação Infantil, especialmente da Pré-Escola, no que se refere às experiências relacionadas à oralidade, literatura, cultura escrita e à transição para o Ensino Fundamental;

II – estudantes do 1º e 2º anos do Ensino Fundamental, prioritariamente;

III – estudantes do 3º ao 5º ano do Ensino Fundamental que necessitem de ações de fortalecimento ou recomposição das aprendizagens relacionadas à alfabetização.

CAPÍTULO II
DOS PRINCÍPIOS E DIRETRIZES

Art. 3º São princípios da Política Municipal de Alfabetização:

I – a alfabetização como direito de todas as crianças;

II – a equidade educacional;

III – o respeito aos diferentes ritmos, necessidades e percursos de aprendizagem;

IV – a garantia de condições para que nenhuma criança fique para trás no processo de alfabetização;

V – o respeito às especificidades da infância;

VI – a valorização da ludicidade nos processos de ensino e aprendizagem;

VII – a inclusão e o respeito à diversidade;

VIII – a valorização dos profissionais da educação;

IX – a corresponsabilidade entre Secretaria Municipal de Educação e Cultura, unidades escolares, profissionais da educação e famílias;

X – o regime de colaboração entre Município, Estado e União.

Art. 4º Constituem diretrizes da Política Municipal de Alfabetização:

I – garantir a alfabetização das crianças até o final do 2º ano do Ensino Fundamental;

II – promover a continuidade das aprendizagens entre a Educação Infantil e o Ensino Fundamental;

III – assegurar acompanhamento sistemático e individualizado das aprendizagens;

IV – identificar precocemente dificuldades de aprendizagem e promover intervenções pedagógicas adequadas;

V – promover formação continuada dos profissionais envolvidos no processo de alfabetização;

VI – fortalecer o acompanhamento pedagógico e o planejamento docente;

VII – utilizar os resultados das avaliações de aprendizagem como instrumentos para planejamento, intervenção e replanejamento das práticas pedagógicas;

VIII – assegurar estratégias de fortalecimento e recomposição das aprendizagens;

IX – fomentar práticas de leitura, escrita, oralidade e literatura;

X – incentivar o compartilhamento de experiências e boas práticas entre os profissionais da Rede Municipal;

XI – fortalecer a participação das famílias no processo de alfabetização;

XII – promover ações articuladas com programas e políticas estaduais e federais voltados à alfabetização.

CAPÍTULO III
DOS OBJETIVOS

Art. 5º A Política Municipal de Alfabetização tem como objetivo geral garantir o direito à alfabetização de todas as crianças da Rede Municipal de Ensino até o final do 2º ano do Ensino Fundamental, assegurando condições pedagógicas adequadas, acompanhamento contínuo das aprendizagens e intervenções necessárias para o desenvolvimento de cada estudante.

Art. 6º São objetivos específicos da Política Municipal de Alfabetização:

I – fortalecer as aprendizagens desde o ingresso da criança no Ensino Fundamental;

II – assegurar uma transição acolhedora entre a Educação Infantil e o

Valor da publicação: R$ 31,32.
Conforme Lei Municipal Nº 2.650, de 30 de março de 2016

Ensino Fundamental;

III – promover práticas pedagógicas intencionais, significativas e adequadas às especificidades da infância;

IV – fortalecer a formação continuada dos professores alfabetizadores, coordenadores pedagógicos e gestores;

V – acompanhar sistematicamente o planejamento e as práticas pedagógicas;

VI – assegurar materiais didáticos, pedagógicos, literários e demais recursos necessários à alfabetização;

VII – realizar o acompanhamento contínuo das aprendizagens;

VIII – identificar estudantes que necessitem de apoio pedagógico adicional;

IX – assegurar intervenções e estratégias de recomposição das aprendizagens;

X – promover práticas inclusivas e equitativas;

XI – fortalecer espaços coletivos de estudo, reflexão, planejamento e compartilhamento de boas práticas;

XII – fortalecer a participação das famílias no acompanhamento da vida escolar das crianças;

XIII – acompanhar os indicadores de alfabetização da Rede Municipal;

XIV – utilizar os resultados de aprendizagem para subsidiar decisões pedagógicas e de gestão;

XV – fortalecer o regime de colaboração com as políticas estaduais e federais de alfabetização.

CAPÍTULO IV

DOS EIXOS ESTRUTURANTES

Art. 7º A Política Municipal de Alfabetização será implementada considerando os seguintes eixos estruturantes:

I – Gestão e Governança da Alfabetização;

II – Transição da Educação Infantil para o Ensino Fundamental;

III – Formação Continuada dos Profissionais da Educação;

IV – Currículo e Práticas Pedagógicas de Alfabetização;

V – Acompanhamento Pedagógico;

VI – Avaliação e Monitoramento das Aprendizagens;

VII – Fortalecimento e Recomposição das Aprendizagens;

VIII – Equidade e Educação Inclusiva;

IX – Literatura, Leitura e Cultura Escrita;

X – Participação da Família e da Comunidade;

XI – Regime de Colaboração.

CAPÍTULO V

DAS AÇÕES

Art. 8º Para consecução dos objetivos da Política Municipal de Alfabetização, a Secretaria Municipal de Educação e Cultura promoverá, dentre outras, as seguintes ações:

I – formação continuada dos profissionais da educação;

II – acompanhamento sistemático do planejamento dos professores;

III – acompanhamento pedagógico das turmas;

IV – fortalecimento dos HETPCs como espaços de estudo, formação, planejamento e reflexão sobre as aprendizagens;

V – compartilhamento e disseminação de boas práticas;

VI – realização de sondagens e outros instrumentos de acompanhamento das aprendizagens;

VII – acompanhamento do desenvolvimento da leitura, escrita e fluência leitora;

VIII – análise periódica dos resultados de aprendizagem;

IX – elaboração e acompanhamento de estratégias e planos de intervenção pedagógica;

X – desenvolvimento de ações de fortalecimento e recomposição das aprendizagens;

XI – disponibilização de materiais didáticos, pedagógicos e literários;

XII – fortalecimento dos espaços e práticas de leitura nas unidades escolares;

XIII – promoção de ações de articulação e transição entre Educação Infantil e Ensino Fundamental;

XIV – acompanhamento individualizado dos estudantes;

XV – desenvolvimento de ações de orientação e mobilização das famílias;

XVI – participação em programas, projetos e ações de alfabetização desenvolvidos em regime de colaboração.

CAPÍTULO VI

DO PROGRAMA ALFABETIZA POMPEIA

Art. 9º O Programa Alfabetiza Pompeia constitui estratégia prioritária de implementação da Política Municipal de Alfabetização.

Art. 10. O Programa Alfabetiza Pompeia terá atenção prioritária aos anos iniciais do processo de alfabetização, podendo compreender, conforme planejamento da Secretaria Municipal de Educação e Cultura:

I – acompanhamento pedagógico intensificado das turmas;

II – organização de condições diferenciadas de apoio ao trabalho pedagógico;

III – acompanhamento individualizado das aprendizagens;

IV – práticas pedagógicas que articulem alfabetização e ludicidade;

V – formação e acompanhamento dos professores alfabetizadores;

VI – espaços sistemáticos de diálogo, estudo, planejamento e troca de experiências entre os profissionais;

VII – articulação entre professores, coordenadores pedagógicos, gestores e Secretaria Municipal de Educação e Cultura.

Parágrafo único. A organização pedagógica e de recursos humanos do Programa será definida pela Secretaria Municipal de Educação e Cultura, considerando as necessidades da Rede Municipal, a disponibilidade de profissionais e as condições administrativas e orçamentárias do Município.

CAPÍTULO VII

DA FORMAÇÃO CONTINUADA

Art. 11. A formação continuada constitui ação permanente da Política Municipal de Alfabetização e deverá contemplar professores, coordenadores pedagógicos, gestores escolares e demais profissionais envolvidos, conforme suas atribuições.

Art. 12. As ações formativas deverão:

I – articular teoria e prática;

II–considerar as necessidades identificadas no acompanhamento das aprendizagens;

III – promover estudo e reflexão sobre práticas de alfabetização;

IV – possibilitar análise e planejamento de intervenções pedagógicas;

V – favorecer o compartilhamento de experiências e boas práticas;

VI – promover a articulação entre os profissionais da Educação Infantil e do Ensino Fundamental.

CAPÍTULO VIII

DA AVALIAÇÃO E DO MONITORAMENTO

Valor da publicação: R$ 31,32.
Conforme Lei Municipal Nº 2.650, de 30 de março de 2016

Art. 13. O acompanhamento das aprendizagens deverá ocorrer de maneira contínua, sistemática e formativa, com a finalidade de orientar o planejamento e as intervenções pedagógicas.

Art. 14. Para fins de monitoramento e avaliação da Política Municipal de Alfabetização, será adotado como referência o padrão nacional de alfabetização estabelecido pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira – Inep, correspondente ao desempenho igual ou superior a 743 pontos na escala de proficiência do Sistema de Avaliação da Educação Básica – Saeb para o 2º ano do Ensino Fundamental, ou outro parâmetro oficial que venha a substituí-lo.

§ 1º O padrão nacional de alfabetização considera o desenvolvimento, entre outras, das seguintes habilidades:

I – ler palavras, frases e textos curtos;

II – localizar informações explícitas em textos curtos, como bilhetes, crônicas e fragmentos de contos infantis;

III – inferir informações em textos que articulem linguagem verbal e não verbal, como tirinhas e cartazes;

IV – escrever ortograficamente palavras que apresentem relações regulares diretas entre fonemas e letras;

V – produzir textos de uso cotidiano, ainda que apresentem alguns desvios ortográficos ou de segmentação.

§ 2º O parâmetro estabelecido no caput deverá ser utilizado em conjunto com os resultados das avaliações da Rede Municipal, das sondagens, dos registros pedagógicos e do acompanhamento contínuo das aprendizagens.

§ 3º A identificação das aprendizagens consolidadas e das necessidades de cada estudante não poderá fundamentar-se exclusivamente no resultado de avaliações externas, devendo considerar seu percurso escolar e os diferentes instrumentos de avaliação utilizados pela unidade escolar.

Art. 15. Para fins de acompanhamento da Política poderão ser considerados:

I – sondagens de aprendizagem;

II – instrumentos diagnósticos utilizados pela Rede Municipal;

III – avaliação da fluência leitora;

IV – avaliações externas estaduais e nacionais relacionadas à alfabetização;

V – Índice Criança Alfabetizada – ICA e outros indicadores oficiais pertinentes;

VI – registros de acompanhamento pedagógico;

VII – evolução individual e coletiva das aprendizagens dos estudantes.

Art. 16. Os resultados obtidos deverão subsidiar:

I – planejamento e replanejamento das ações;

II – definição de estratégias de intervenção;

III – organização da formação continuada;

IV – acompanhamento dos estudantes que apresentem dificuldades;

V – definição de estratégias de fortalecimento e recomposição;

VI – avaliação da efetividade da Política Municipal de Alfabetização.

CAPÍTULO IX

DA RECOMPOSIÇÃO DAS APRENDIZAGENS

Art. 17. Aos estudantes que apresentarem dificuldades ou que não consolidarem as aprendizagens esperadas serão asseguradas ações pedagógicas de fortalecimento e recomposição das aprendizagens.

§ 1º As ações deverão ser planejadas a partir das necessidades identificadas e acompanhadas periodicamente.

§ 2º A recomposição das aprendizagens deverá ocorrer de forma articulada ao trabalho pedagógico desenvolvido na turma, sem prejuízo de outras estratégias de atendimento que venham a ser instituídas pela Secretaria Municipal de Educação e Cultura.

CAPÍTULO X

DAS RESPONSABILIDADES

Art. 18. Compete à Secretaria Municipal de Educação e Cultura:

I – coordenar a Política Municipal de Alfabetização;

II – estabelecer orientações para sua implementação;

III – promover formação continuada;

IV – acompanhar as unidades escolares;

V – acompanhar indicadores e resultados;

VI – disponibilizar suporte técnico-pedagógico;

VII – articular programas e ações desenvolvidos em regime de colaboração;

VIII – avaliar periodicamente a implementação da Política.

Art. 19. Compete às equipes gestoras e pedagógicas das unidades escolares:

I – implementar as diretrizes da Política;

II – acompanhar o planejamento e as práticas pedagógicas;

III – promover espaços coletivos de estudo e análise das aprendizagens;

IV – acompanhar os resultados dos estudantes;

V – orientar e acompanhar as intervenções pedagógicas;

VI – fortalecer a relação entre escola e família.

Art. 20. Compete aos professores:

I – desenvolver práticas pedagógicas coerentes com as diretrizes da Política;

II – acompanhar continuamente as aprendizagens;

III – registrar os avanços e as necessidades dos estudantes;

IV – realizar intervenções pedagógicas adequadas;

V – participar das ações de formação continuada;

VI – participar dos processos de planejamento, avaliação e replanejamento.

CAPÍTULO XI

DAS METAS E DA AVALIAÇÃO DA POLÍTICA

Art. 21. A Secretaria Municipal de Educação e Cultura estabelecerá metas periódicas para acompanhamento da alfabetização, considerando os indicadores oficiais, os resultados da Rede Municipal e as metas definidas nos planos educacionais vigentes.

Parágrafo único. As metas deverão orientar o planejamento das ações, sem afastar o princípio de que todas as crianças possuem direito à alfabetização até o final do 2º ano do Ensino Fundamental.

Art. 22. A Política Municipal de Alfabetização será avaliada periodicamente, considerando:

I – evolução dos indicadores de alfabetização;

II – desenvolvimento das aprendizagens;

III – redução das desigualdades educacionais;

IV – efetividade das estratégias de intervenção e recomposição;

V – participação dos profissionais nas ações formativas;

VI – implementação das ações previstas neste Decreto.

CAPÍTULO XII

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 23. A implementação da Política Municipal de Alfabetização poderá ocorrer em regime de colaboração com a União, o Estado de São Paulo e outras instituições públicas ou privadas, observada a legislação pertinente.

Art. 24. A Secretaria Municipal de Educação e Cultura poderá expedir orientações e atos complementares necessários à implementação deste Decreto.

Art. 25. As ações decorrentes deste Decreto serão executadas observadas as disponibilidades administrativas, financeiras e orçamentárias do Município e a legislação vigente.

Art. 26. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Pompeia, 15 de outubro de 2026.

DIOGO MONTEFUSCO CESCHIM SILVA

Prefeito Municipal de Pompeia

Registrado na Secretaria do Gabinete, afixado e publicado no local de costume na data supra.

Roseli Aparecida de Oliveira Vidal Rissatto

Valor da publicação: R$ 31,32.
Conforme Lei Municipal Nº 2.650, de 30 de março de 2016

Diretora da Secretaria do Gabinete

_____

_____

PREFEITURA MUNICIPAL DE POMPEIA

DECRETO Nº 6.680, DE 15 DE OUTUBRO DE 2026

Institui e regulamenta o Sistema de Avaliação da Educação Municipal de Pompeia — SAEMP, como política pública de avaliação educacional da Rede Pública Municipal de Ensino, e dá outras providências.

DIOGO MONTEFUSCO CESCHIM SILVA, Prefeito Municipal de Pompeia, Estado de São Paulo, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município,

CONSIDERANDO que a educação é direito de todos e dever do Estado e da família, devendo ser assegurada com padrão de qualidade, nos termos da Constituição Federal;

CONSIDERANDO as disposições da Lei Federal nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 — Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, especialmente aquelas relacionadas à avaliação do rendimento escolar e à melhoria da qualidade do ensino;

CONSIDERANDO as Resoluções CNE/CEB nº 4, de 13 de julho de 2010, e nº 7, de 14 de dezembro de 2010, que estabelecem, respectivamente, as Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Básica e as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Fundamental de nove anos;

CONSIDERANDO a Resolução CNE/CP nº 2, de 22 de dezembro de 2017, que institui e orienta a implantação da Base Nacional Comum Curricular — BNCC, a ser respeitada obrigatoriamente ao longo das etapas e modalidades da Educação Básica;

CONSIDERANDO a Base Nacional Comum Curricular — BNCC, o Currículo Paulista e o Currículo Municipal como referências para a organização curricular e o desenvolvimento das aprendizagens essenciais dos estudantes;

CONSIDERANDO as diretrizes, as metas e as estratégias estabelecidas no Plano Nacional de Educação — PNE e no Plano Municipal de Educação — PME de Pompeia, especialmente aquelas voltadas à universalização do acesso à educação, à melhoria da qualidade do ensino, à redução das desigualdades educacionais e à garantia do direito à aprendizagem;

CONSIDERANDO a necessidade de acompanhar o desenvolvimento das aprendizagens dos estudantes e de subsidiar o planejamento, as intervenções pedagógicas e o aprimoramento das políticas públicas educacionais;

CONSIDERANDO a necessidade de assegurar equidade, inclusão, acessibilidade, proteção dos dados pessoais e utilização ética e pedagógica dos resultados;

CONSIDERANDO a importância da valorização dos profissionais da educação e das unidades escolares, mediante o reconhecimento de boas práticas e de ações pedagógicas que contribuam para a melhoria das aprendizagens;

D E C R E T A:

CAPÍTULO I

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 1º Fica instituído o Sistema de Avaliação da Educação Municipal de Pompeia — SAEMP, como política pública permanente de avaliação educacional da Rede Pública Municipal de Ensino, sob a coordenação da Secretaria Municipal de Educação e Cultura — SMEC.

Art. 2º O SAEMP destina-se a subsidiar o diagnóstico, o monitoramento e a avaliação da qualidade do ensino municipal, por meio da produção de informações sobre as aprendizagens e o desempenho educacional dos estudantes dos anos iniciais do Ensino Fundamental, com caráter formativo e de acompanhamento.

§ 1º O SAEMP não substitui a avaliação contínua realizada pelos professores, e seus resultados deverão ser analisados de forma contextualizada, em conjunto com outros registros pedagógicos.

§ 2º Os resultados não poderão ser utilizados isoladamente para decidir sobre promoção, retenção, classificação ou reclassificação de estudantes, avaliar o desempenho funcional dos profissionais, estabelecer sanções, premiações ou rankings.

Art. 3º O SAEMP abrangerá, prioritariamente, os estudantes matriculados do 1º ao 5º ano do Ensino Fundamental, podendo sua abrangência ser ampliada por ato da SMEC.

CAPÍTULO II

DOS PRINCÍPIOS, DAS FINALIDADES E DOS OBJETIVOS

Art. 4º O Sistema de Avaliação da Educação Municipal de Pompeia (SAEMP) observará os princípios do direito à aprendizagem, da equidade, da inclusão, da acessibilidade, do caráter diagnóstico e formativo da avaliação, do uso ético e pedagógico dos resultados, da proteção dos dados pessoais e do aprimoramento contínuo da educação pública municipal.

Art. 5º São finalidades do SAEMP:

I — diagnosticar e acompanhar o desenvolvimento das aprendizagens;

II — identificar potencialidades, avanços, dificuldades e necessidades pedagógicas;

III — subsidiar o planejamento, as intervenções, a recuperação e a recomposição das aprendizagens;

IV — produzir indicadores educacionais próprios da Rede Municipal de Ensino;

V — orientar a formação continuada, o acompanhamento de metas e o aprimoramento das políticas públicas educacionais;

VI — valorizar e reconhecer as boas práticas pedagógicas dos profissionais da educação e das unidades escolares, incentivando a cooperação e o compartilhamento de experiências exitosas.

CAPÍTULO III

DA ORGANIZAÇÃO E DA EXECUÇÃO

Art. 6º As avaliações serão realizadas ao longo do ano letivo, em etapas e períodos definidos pela SMEC, de acordo com as necessidades educacionais da Rede Municipal de Ensino.

Art. 7º Os instrumentos avaliativos serão elaborados, selecionados, organizados e revisados pela SMEC, com referência na BNCC (Base Nacional Comum Curricular), no Currículo Paulista, no Currículo Municipal, nos Planos de Ensino e nas habilidades consideradas prioritárias.

Parágrafo único. Os componentes curriculares, os anos participantes, as matrizes, os formatos dos instrumentos e os demais critérios de cada aplicação serão definidos em ato próprio da Secretaria Municipal de Educação e Cultura (SMEC).

Art. 8º A aplicação, a correção, o registro e a conferência dos resultados observarão as orientações expedidas pela SMEC, com a participação dos profissionais da educação designados.

Art. 9º As unidades escolares assegurarão a participação dos estudantes, a organização dos espaços e materiais, o registro das ocorrências e a comunicação das orientações gerais às famílias ou aos responsáveis.

CAPÍTULO IV

DA EDUCAÇÃO ESPECIAL E DA ACESSIBILIDADE

Art. 10. Será assegurada a participação dos estudantes público da Educação Especial, em igualdade de oportunidades, com os recursos de acessibilidade e as condições adequadas às suas necessidades específicas.

§ 1º As condições de participação considerarão o cadastro oficial da Secretaria Municipal de Educação e Cultura (SMEC), o Plano Educacional Individualizado — PEI, o Plano de Atendimento Educacional Especializado — PAEE e outros registros pedagógicos pertinentes.

§ 2º Os recursos utilizados não deverão oferecer respostas nem alterar indevidamente a habilidade avaliada.

§ 3º Quando o instrumento adaptado não avaliar todas as habilidades previstas para o ano escolar, os resultados considerarão apenas as habilidades efetivamente avaliadas, sem comparação direta com os resultados do instrumento regular.

CAPÍTULO V

DO USO PEDAGÓGICO DOS RESULTADOS

Art. 11. Os resultados serão registrados, sistematizados e analisados pela SMEC e pelas unidades escolares, considerando as finalidades de cada etapa e os diferentes contextos de aprendizagem.

Art. 12. Os resultados subsidiarão o planejamento e o replanejamento, a definição de habilidades prioritárias, as intervenções pedagógicas, a recuperação e a recomposição das aprendizagens e as ações de formação continuada.

§ 1º As unidades escolares promoverão a análise coletiva dos resultados, especialmente no Horário de Trabalho e Estudo Pedagógico Coletivo — HETPC, e acompanharão as ações pedagógicas decorrentes.

§ 2º As intervenções serão articuladas ao Currículo Municipal do ano em que o estudante estiver matriculado, assegurando-lhe acesso às habilidades e aos conteúdos previstos para sua turma.

Art. 13. A SMEC poderá estabelecer metas educacionais com finalidade de planejamento e mobilização pedagógica, vedada sua utilização isolada para responsabilização ou punição.

Valor da publicação: R$ 31,32.
Conforme Lei Municipal Nº 2.650, de 30 de março de 2016

CAPÍTULO VI

DAS RESPONSABILIDADES

Art. 14. Compete à SMEC coordenar, regulamentar, monitorar e avaliar o SAEMP; elaborar ou aprovar instrumentos; orientar os profissionais; consolidar e analisar os dados; promover devolutivas e formação; acompanhar as ações pedagógicas; e proteger os dados pessoais.

Art. 15. Compete às equipes gestoras e aos coordenadores pedagógicos organizar e acompanhar as ações do SAEMP nas unidades escolares, orientar os profissionais, assegurar acessibilidade, promover a análise dos resultados e acompanhar as intervenções.

Art. 16. Compete aos professores e aos demais profissionais designados conhecer e observar as orientações da Secretaria Municipal de Educação e Cultura (SMEC), participar das ações de aplicação, correção, registro e análise, planejar intervenções, acompanhar os avanços dos estudantes e preservar o sigilo.

CAPÍTULO VII

DA TRANSPARÊNCIA E DA PROTEÇÃO DOS DADOS

Art. 17. Os dados e os resultados do Sistema de Avaliação da Educação Municipal de Pompeia (SAEMP) serão tratados de forma ética, segura e em conformidade com a Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais — LGPD.

§ 1º O acesso aos resultados individualizados ficará restrito aos profissionais autorizados, para fins de acompanhamento pedagógico.

§ 2º A divulgação pública dos resultados ocorrerá de forma consolidada, com finalidade pedagógica e sem identificação individual dos estudantes.

CAPÍTULO VIII

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 18. A Secretaria Municipal de Educação e Cultura (SMEC) expedirá atos complementares para disciplinar cada edição ou aplicação do SAEMP, especialmente quanto a cronograma, público participante, componentes curriculares, matrizes, instrumentos, procedimentos de aplicação, profissionais envolvidos, recursos de acessibilidade, correção, registros, devolutivas, guarda dos materiais e demais medidas necessárias.

Art. 19. As despesas decorrentes da execução deste Decreto correrão por conta das dotações orçamentárias próprias, suplementadas se necessário.

Art. 20. Os casos omissos serão analisados e decididos pela SMEC, observadas as disposições legais e normativas vigentes.

Art. 21. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Pompeia, 15 de outubro de 2026.

DIOGO MONTEFUSCO CESCHIM SILVA

Prefeito Municipal de Pompeia

Registrado na Secretaria do Gabinete, afixado e publicado no local de costume na data supra.

Roseli Aparecida de Oliveira Vidal Rissatto

Diretora da Secretaria do Gabinete

Valor da publicação: R$ 31,32.
Conforme Lei Municipal Nº 2.650, de 30 de março de 2016

PREFEITURA MUNICIPAL DE POMPEIA

DECRETO Nº 6.681, DE 15 DE OUTUBRO DE 2026

Institui o Comitê Estratégico Municipal da Política de Alfabetização – CEMPA, no âmbito do Município de Pompeia, e dá outras providências.

DIOGO MONTEFUSCO CESCHIM SILVA, Prefeito Municipal de Pompeia, Estado de São Paulo, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município;

CONSIDERANDO o disposto na Constituição Federal, especialmente o direito à educação e a garantia do padrão de qualidade do ensino;

CONSIDERANDO a Lei Federal nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional;

CONSIDERANDO o Decreto Federal nº 11.556, de 12 de junho de 2023, que institui o Compromisso Nacional Criança Alfabetizada – CNCA;

CONSIDERANDO o Decreto Estadual nº 68.335, de 20 de fevereiro de 2024, que institui o Programa Alfabetiza Juntos SP;

CONSIDERANDO a Política Municipal de Alfabetização – Alfabetiza Pompeia, instituída pelo Decreto nº 6.679, de 15 de outubro de 2026, destinada a assegurar o direito à alfabetização de todas as crianças da Rede Municipal de Ensino;

CONSIDERANDO a necessidade de fortalecer a governança das ações voltadas à garantia do direito à alfabetização, à promoção da equidade e à melhoria contínua das aprendizagens;

CONSIDERANDO a importância do acompanhamento sistemático dos indicadores de alfabetização e aprendizagem, de modo a subsidiar o planejamento e a tomada de decisões da gestão municipal;

CONSIDERANDO a necessidade de assegurar a implementação articulada das políticas, dos programas e das ações destinados à alfabetização dos estudantes da Rede Municipal de Ensino;

CONSIDERANDO a importância da articulação entre as equipes gestoras, os coordenadores pedagógicos, os professores e os demais profissionais envolvidos no processo de alfabetização;

D E C R E T A:

CAPÍTULO I

DA INSTITUIÇÃO E FINALIDADE

Art. 1º Fica instituído o Comitê Estratégico Municipal da Política de Alfabetização – CEMPA, vinculado à Secretaria Municipal de Educação e Cultura de Pompeia, como instância colegiada responsável pela governança, articulação institucional, acompanhamento, monitoramento e proposição de estratégias para a implementação e o aperfeiçoamento da Política Municipal de Alfabetização – Alfabetiza Pompeia.

Parágrafo único. O Comitê atuará em consonância com a Política Municipal de Alfabetização, com o Programa Alfabetiza Juntos SP, com o Compromisso Nacional Criança Alfabetizada – CNCA e com as demais normas e políticas educacionais aplicáveis.

Art. 2º O CEMPA terá caráter consultivo, propositivo, articulador, mobilizador e de assessoramento à gestão municipal, sem prejuízo das atribuições legais da Secretaria Municipal de Educação e Cultura e dos demais órgãos e instituições integrantes do Sistema Municipal de Ensino.

CAPÍTULO II

DOS OBJETIVOS

Art. 3º São objetivos do Comitê Estratégico Municipal da Política de Alfabetização:

I – fortalecer a governança da Política Municipal de Alfabetização;

II – promover a articulação entre a Secretaria Municipal de Educação e Cultura, as unidades escolares, os profissionais da educação e as demais instituições envolvidas;

III – assegurar o alinhamento das ações municipais às políticas estadual e nacional de alfabetização;

IV – acompanhar a implementação da Política Municipal de Alfabetização – Alfabetiza Pompeia;

V – contribuir para o planejamento, o acompanhamento, o monitoramento e a avaliação das ações de alfabetização;

VI – subsidiar a tomada de decisões da gestão municipal com base em dados, indicadores e necessidades educacionais identificadas;

VII – contribuir para a garantia do direito de todas as crianças à alfabetização até o final do 2º ano do Ensino Fundamental, em consonância com as diretrizes educacionais vigentes;

VIII – contribuir para a redução das desigualdades de aprendizagem e para a promoção da equidade educacional;

IX – incentivar o desenvolvimento de estratégias pedagógicas que favoreçam a aprendizagem de todos os estudantes;

X – promover a melhoria contínua dos resultados educacionais relacionados à alfabetização.

CAPÍTULO III

DAS COMPETÊNCIAS

Art. 4º Compete ao Comitê Estratégico Municipal da Política de Alfabetização:

I – acompanhar a implementação e o desenvolvimento da Política Municipal de Alfabetização – Alfabetiza Pompeia;

II – propor estratégias para o alcance dos objetivos e das metas da Política Municipal de Alfabetização;

III – promover a articulação entre as ações municipais e as diretrizes do Programa Alfabetiza Juntos SP e do Compromisso Nacional Criança Alfabetizada – CNCA;

IV – acompanhar os indicadores relacionados à alfabetização e à aprendizagem dos estudantes;

V – sistematizar e analisar dados e informações educacionais que subsidiem a tomada de decisões da Secretaria Municipal de Educação e Cultura;

VI – analisar periodicamente os resultados de aprendizagem e propor estratégias de intervenção pedagógica, quando necessárias;

VII – acompanhar as ações de formação continuada destinadas aos professores, coordenadores pedagógicos, gestores e demais profissionais envolvidos no processo de alfabetização;

VIII – contribuir para o fortalecimento das ações de transição entre a Educação Infantil e o Ensino Fundamental;

IX – acompanhar as estratégias destinadas à alfabetização e à recomposição das aprendizagens;

X – propor ações voltadas à equidade, à inclusão e à redução das desigualdades de aprendizagem;

XI – promover a articulação entre a gestão municipal, as equipes gestoras, os coordenadores pedagógicos e os professores;

XII – incentivar a sistematização, o compartilhamento e a disseminação de boas práticas de alfabetização;

XIII – fomentar ações de mobilização e participação das famílias e da comunidade no processo de alfabetização;

XIV – acompanhar a execução dos planos, programas e estratégias relacionados à alfabetização no território municipal;

XV – elaborar registros, relatórios e recomendações periódicas acerca das ações acompanhadas pelo Comitê;

XVI – propor aperfeiçoamentos e atualizações da Política Municipal de Alfabetização, sempre que necessários;

XVII – recomendar medidas para o aprimoramento da gestão, do acompanhamento pedagógico e do monitoramento das ações de alfabetização;

XVIII – promover a articulação entre os diferentes setores da Secretaria Municipal de Educação e Cultura envolvidos na implementação da Política Municipal de Alfabetização.

CAPÍTULO IV

DA COMPOSIÇÃO

Art. 5º O Comitê Estratégico Municipal da Política de Alfabetização será composto por representantes dos seguintes segmentos:

I – Secretaria Municipal de Educação e Cultura;

II – Articulador(a) Municipal do Compromisso Nacional Criança Alfabetizada – CNCA;

III – Articulador(a) Municipal do Programa Alfabetiza Juntos SP;

IV – Equipe técnica e pedagógica da Secretaria Municipal de Educação e Cultura;

V – Gestores das unidades escolares municipais;

VI – Coordenadores pedagógicos;

VII – Professores da Educação Infantil;

VIII – Professores alfabetizadores dos 1º e 2º anos do Ensino Fundamental;

IX – Professores dos demais anos iniciais do Ensino Fundamental, preferencialmente envolvidos nas ações de recomposição das aprendizagens;

X – Representante da Educação Especial;

§ 1º Os membros titulares e respectivos suplentes serão indicados pelos segmentos que representam e designados por ato específico do Poder Executivo.

§ 2º A coordenação do Comitê será escolhida pelos membros titulares do colegiado, dentre seus integrantes, durante a primeira reunião, devendo a escolha ser registrada em ata.

§ 3º O Comitê poderá convidar representantes de outros órgãos públicos, instituições, programas e entidades para participar das reuniões ou contribuir tecnicamente com assuntos específicos, sem direito a voto.

§ 4º A participação no Comitê será considerada serviço público relevante, não remunerado, e exercida sem prejuízo das atribuições regulares dos servidores designados.

CAPÍTULO V

DO FUNCIONAMENTO

Art. 6º O Comitê reunir-se-á:

I – ordinariamente, conforme cronograma definido no início de cada ano letivo, assegurada a realização de, no mínimo, uma reunião por bimestral;

II – extraordinariamente, sempre que convocado por sua coordenação ou mediante solicitação da maioria absoluta de seus membros.

Art. 7º As reuniões do Comitê serão registradas em ata, contendo, no mínimo:

I – data de realização e relação dos participantes;

II – assuntos discutidos;

III – análise das ações desenvolvidas e dos resultados apresentados;

IV – encaminhamentos e recomendações definidos;

V – responsáveis e prazos para cumprimento dos encaminhamentos, quando aplicáveis.

Art. 8º O Comitê poderá instituir grupos de trabalho temporários para estudo, análise e proposição de ações específicas relacionadas à alfabetização, mediante definição de seus objetivos e prazo de atuação.

Art. 9º A Secretaria Municipal de Educação e Cultura prestará o apoio técnico e administrativo necessário ao funcionamento do Comitê, observadas a estrutura administrativa e as disponibilidades do Município.

CAPÍTULO VI

DO ACOMPANHAMENTO DA POLÍTICA MUNICIPAL

Art. 10. O Comitê acompanhará sistematicamente a implementação da Política Municipal de Alfabetização, considerando:

I – o desenvolvimento das aprendizagens dos estudantes;

II – os indicadores oficiais relacionados à alfabetização;

III – as ações de formação continuada dos profissionais da educação;

IV – o acompanhamento pedagógico realizado pelas unidades escolares;

V – as estratégias de intervenção pedagógica e recomposição das aprendizagens;

VI – as ações destinadas à transição da Educação Infantil para o Ensino Fundamental;

VII – as medidas de promoção da equidade e da inclusão educacional;

VIII – o desenvolvimento das ações previstas no planejamento da Política Municipal de Alfabetização;

IX – a articulação entre as unidades escolares e a Secretaria Municipal de Educação e Cultura;

X – as necessidades educacionais identificadas a partir da análise dos dados e dos resultados de aprendizagem.

Art. 11. Os resultados do acompanhamento realizado pelo Comitê deverão subsidiar o planejamento e o replanejamento das ações da Secretaria Municipal de Educação e Cultura e das unidades escolares, respeitadas as competências dos respectivos órgãos e profissionais.

Art. 12. O Comitê elaborará, ao final de cada ano letivo, relatório de acompanhamento da Política Municipal de Alfabetização, contendo:

I – síntese das ações desenvolvidas;

II – análise dos indicadores e dos resultados de aprendizagem disponíveis;

III – avanços identificados e desafios encontrados;

IV – recomendações para o aperfeiçoamento das ações;

V – propostas e prioridades para o período letivo subsequente.

Parágrafo único. O relatório será encaminhado à Secretaria Municipal de Educação e Cultura para subsidiar o planejamento das ações educacionais do Município.

CAPÍTULO VII

DA ARTICULAÇÃO INSTITUCIONAL

Art. 13. O Comitê promoverá a articulação da Política Municipal de Alfabetização com:

I – o Compromisso Nacional Criança Alfabetizada – CNCA;

II – o Programa Alfabetiza Juntos SP;

III – a Rede Nacional de Articulação de Gestão, Formação e Mobilização – RENALFA, quando aplicável;

IV – os programas e as ações de formação continuada relacionados à alfabetização;

V – as instituições públicas e privadas parceiras, observada a legislação pertinente;

VI – as demais políticas educacionais desenvolvidas no território municipal.

Art. 14. A articulação institucional deverá respeitar a autonomia do Município e as competências dos diferentes entes e órgãos envolvidos, priorizando o regime de colaboração, a cooperação institucional e a garantia do direito à aprendizagem.

Valor da publicação: R$ 31,32.
Conforme Lei Municipal Nº 2.650, de 30 de março de 2016

CAPÍTULO VIII

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 15. A Secretaria Municipal de Educação e Cultura poderá expedir orientações complementares necessárias à execução deste Decreto e ao funcionamento do Comitê, observadas as competências legais e regulamentares.

Art. 16. Os casos omissos serão analisados pela Secretaria Municipal de Educação e Cultura, observada a legislação vigente.

Art. 17. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Pompeia, 15 de outubro de 2026.

DIOGO MONTEFUSCO CESCHIM SILVA

Prefeito Municipal de Pompeia

Registrado na Secretaria do Gabinete, afixado e publicado no local de costume na data supra.

Roseli Aparecida de Oliveira Vidal Rissatto

Diretora da Secretaria do Gabinete

PREFEITURA MUNICIPAL DE POMPEIA

DECRETO Nº 6.682, DE 15 DE OUTUBRO DE 2026

Designa os membros do Comitê Estratégico Municipal da Política de Alfabetização – CEMPA, no âmbito do Município de Pompeia, e dá outras providências.

DIOGO MONTEFUSCO CESCHIM SILVA, Prefeito Municipal de Pompeia, Estado de São Paulo, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município;

CONSIDERANDO o Decreto Municipal nº 6.681, de 15 de outubro de 2026, que institui o Comitê Estratégico Municipal da Política de Alfabetização – CEMPA, no âmbito do Município de Pompeia;

CONSIDERANDO a necessidade de designar os representantes dos segmentos que compõem o CEMPA, assegurando a instalação e o funcionamento da instância municipal de governança da Política Municipal de Alfabetização – Alfabetiza Pompeia;

CONSIDERANDO a importância da articulação entre os profissionais da educação e os diferentes segmentos envolvidos na implementação, no acompanhamento e no monitoramento das ações de alfabetização da Rede Municipal de Ensino;

D E C R E T A:

Art. 1º Ficam designados os seguintes membros para compor o Comitê Estratégico Municipal da Política de Alfabetização – CEMPA, vinculado à Secretaria Municipal de Educação e Cultura de Pompeia:

I – Secretaria Municipal de Educação e Cultura:

Titular: Claudine da Rocha Pinheiro Bezerra;

Suplente: Luciana Cássia Pereira Capel.

II – Articulador Municipal do Compromisso Nacional Criança Alfabetizada – CNCA:

Titular: Raquel Pereira Relvas Silva

III – Articulador Municipal do Programa Alfabetiza Juntos SP:

Titular: Raquel Pereira Relvas Silva

IV – Equipe técnica e pedagógica da Secretaria Municipal de Educação e Cultura:

Titular: Juliane do Nascimento Mosquini;

Suplente: Eliana Roenes Correia Nani.

V – Gestores das unidades escolares municipais:

Titular: Marileide de Maia Mascarin;

Suplente: Giseli Tomé Redusino.

VI – Coordenadores pedagógicos:

Titular: Alexander dos Santos Salustiano;

Suplente: Maria Isabel Trevisan Alves.

VII – Professores da Educação Infantil:

Titular: Enerian Cristina Borrasca Gonçalves;

Suplente: Cleide Aparecida Matos Maia.

VIII – Professores alfabetizadores dos 1º e 2º anos do Ensino Fundamental:

Titular: Sônia Pereira Damião de Souza;

Suplente: Deise Pillon da Cunha.

IX – Professores dos demais anos iniciais do Ensino Fundamental, preferencialmente envolvidos nas ações de recomposição das aprendizagens:

Titular: Karen Zompero Valeck de Amorim;

Suplente: Lívia Regina Martins de Sá Rodrigues.

X – Representante da Educação Especial:

Titular: Rosana Hilsdorf Silva;

Suplente: Juliana Gonçalves da Rocha Ramos.

Art. 2º A escolha do coordenador do Comitê Estratégico Municipal da Política de Alfabetização – CEMPA ocorrerá na primeira reunião do colegiado, mediante deliberação de seus membros titulares, devendo o resultado ser registrado em ata.

Parágrafo único. A primeira reunião será conduzida por representante da Secretaria Municipal de Educação e Cultura, indicado para essa finalidade.

Art. 3º Compete ao coordenador escolhido conduzir as reuniões do Comitê, promover a articulação entre seus membros e acompanhar os encaminhamentos e as ações desenvolvidas, observadas as competências estabelecidas no Decreto Municipal que instituiu o CEMPA.

Art. 4º Os membros titulares e respectivos suplentes exercerão suas atribuições em conformidade com o Decreto Municipal que instituiu o CEMPA e com as orientações expedidas pela Secretaria Municipal de Educação e Cultura.

Art. 5º Poderão ser convidados a participar das reuniões do Comitê representantes de outros órgãos públicos, instituições, programas e entidades, para contribuir tecnicamente com assuntos específicos, sem direito a voto, nos termos do § 3º do art. 5º do Decreto Municipal que instituiu o CEMPA.

Art. 6º A participação no CEMPA será considerada serviço público relevante, não remunerado, e ocorrerá sem prejuízo das atribuições regulares dos servidores designados, conforme o § 4º do art. 5º do Decreto Municipal que instituiu o Comitê.

Art. 7º O Comitê reunir-se-á ordinariamente conforme cronograma definido no início de cada ano letivo, assegurada a realização de, no mínimo, uma reunião por bimestre, e extraordinariamente quando convocado por sua coordenação ou mediante solicitação da maioria absoluta de seus membros.

Art. 8º A Secretaria Municipal de Educação e Cultura prestará o apoio técnico e administrativo necessário ao funcionamento do CEMPA.

Art. 9º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Pompeia, 15 de outubro de 2026.

DIOGO MONTEFUSCO CESCHIM SILVA

Prefeito Municipal de Pompeia

Registrado na Secretaria do Gabinete, afixado e publicado no local de costume na data supra.

Roseli Aparecida de Oliveira Vidal Rissatto

Diretora da Secretaria do Gabinete

Valor da publicação: R$ 31,32.
Conforme Lei Municipal Nº 2.650, de 30 de março de 2016

PREFEITURA MUNICIPAL DE POMPEIA

LEI Nº 3.393, DE 16 DE OUTUBRO DE 2026

Projeto de Lei nº 39/2026, do Vereador Willian Inácio de Souza - PODE.

Inclui o "Moto Café de Pompeia" no Calendário Oficial de Eventos do Município e dá outras providências.

DIOGO MONTEFUSCO CESCHIM SILVA, Prefeito Municipal de Pompeia, no uso de suas atribuições legais, faz saber que a Câmara Municipal de Pompeia aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte lei:

Art. 1º Fica incluído no Calendário Oficial de Eventos do Município de Pompeia o "Moto Café de Pompeia", a ser realizado, preferencialmente, no primeiro domingo do mês de agosto de cada ano.

Art. 2º O "Moto Café de Pompeia" fica reconhecido como evento de relevante interesse turístico, cultural, social e beneficente do Município, em razão de sua contribuição para:

I – incentivar o turismo e a divulgação do Município;

II – fomentar o comércio, o setor de serviços e a economia local;

III – promover a integração entre motociclistas, famílias e a comunidade;

IV – estimular ações de solidariedade e responsabilidade social, mediante arrecadação de donativos destinados a entidades assistenciais;

V – incentivar atividades de lazer, cultura e convivência comunitária.

Art. 3º A inclusão do evento no Calendário Oficial tem por finalidade incentivar sua divulgação e valorização, não implicando na obrigatoriedade de sua realização pelo Poder Público.

Art. 4º O Poder Executivo poderá apoiar institucionalmente a realização do evento, mediante ações de divulgação, cooperação e celebração de parcerias, observadas a legislação vigente, a conveniência administrativa e a disponibilidade

orçamentária e financeira.

Art. 5º As despesas decorrentes da execução desta Lei correrão por conta de dotações orçamentárias próprias, quando houver, suplementadas se necessário.

Art. 6º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Pompeia, 16 de outubro de 2026.

DIOGO MONTEFUSCO CESCHIM SILVA

Prefeito Municipal de Pompeia

Registrada na Secretaria do Gabinete, afixada e publicada no local de costume na data supra.

Roseli Aparecida de Oliveira Vidal Rissatto

Diretora da Secretaria do Gabinete

PREFEITURA MUNICIPAL DE POMPEIA

LEI Nº 3.394, DE 16 DE OUTUBRO DE 2026

Projeto de Lei nº 41/2026, do Vereador Sidney Shiro de Souza - NOVO.

Dispõe sobre diretrizes para a identificação e o atendimento da pessoa com Fibromialgia no Município de Pompeia e autoriza a instituição do Cadastro Municipal e da Carteira de Identificação da Pessoa com Fibromialgia.

DIOGO MONTEFUSCO CESCHIM SILVA, Prefeito Municipal de Pompeia, no uso de suas atribuições legais, faz saber que a Câmara Municipal de Pompeia aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte lei:

Art. 1º Esta Lei estabelece diretrizes para a identificação, o acolhimento e a atenção à pessoa com Fibromialgia no Município de Pompeia, com a finalidade de facilitar o acesso aos serviços públicos municipais e assegurar o atendimento prioritário previsto na legislação aplicável.

Art. 2º Fica o Poder Executivo autorizado a instituir o Cadastro Municipal da Pessoa com Fibromialgia, destinado aos munícipes diagnosticados com Fibromialgia, para fins de identificação, planejamento e desenvolvimento de políticas públicas específicas.

Art. 3º Fica o Poder Executivo autorizado a instituir a Carteira de Identificação da Pessoa com Fibromialgia – CIPF, vinculada ao Cadastro Municipal de que trata o art. 2º.

§ 1º A CIPF terá por finalidade identificar a pessoa com Fibromialgia e facilitar, quando cabível, o acesso aos direitos e serviços assegurados pela legislação.

§ 2º A emissão da CIPF poderá ser condicionada à apresentação de documento comprobatório do diagnóstico de Fibromialgia e de comprovante de residência no Município, na forma estabelecida em regulamento.

§ 3º O regulamento estabelecerá os procedimentos para emissão, atualização cadastral, renovação e emissão de segunda via da CIPF, observada a necessidade de atualização das informações e dos documentos apresentados.

§ 4º O tratamento dos dados pessoais, inclusive dos dados referentes à saúde, observará a legislação federal aplicável, especialmente a Lei Federal nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 – Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD), assegurados o sigilo, a segurança e a utilização dos dados para as finalidades legalmente admitidas.

Art. 4º A CIPF poderá ser apresentada para fins de identificação da pessoa com Fibromialgia e de facilitação do atendimento prioritário nos serviços e equipamentos públicos municipais, observado o disposto na legislação federal e estadual aplicável.

Parágrafo único. A emissão ou apresentação da CIPF não implicará, por si só, o reconhecimento da condição de pessoa com deficiência nem a criação de direito à prioridade não previsto na legislação aplicável.

Art. 5º A implementação das medidas decorrentes desta Lei observará a disponibilidade orçamentária e financeira do Município e a legislação aplicável, especialmente a Lei Complementar Federal nº 101, de 4 de maio de 2000 – Lei de Responsabilidade Fiscal.

Art. 6º O Poder Executivo poderá regulamentar esta Lei, no que couber, especialmente quanto aos procedimentos de cadastramento, emissão, atualização e renovação da Carteira de Identificação da Pessoa com Fibromialgia e à definição da unidade administrativa responsável por sua execução.

Art. 7º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Pompeia, 16 de outubro de 2026.

DIOGO MONTEFUSCO CESCHIM SILVA

Prefeito Municipal de Pompeia

Registrada na Secretaria do Gabinete, afixada e publicada no local de costume na data supra.

Roseli Aparecida de Oliveira Vidal Rissatto

Diretora da Secretaria do Gabinete

Valor da publicação: R$ 17,40.
Conforme Lei Municipal Nº 2.650, de 30 de março de 2016

LULUZINHA TEEN

DEPARTAMENTO DE HIGIENE E SAÚDE
Rua Deputado Romério Pereira, 86 - Caixa Postal nº 86
CEP 17580-065 - Pompeia-SP - Fone/Fax (14) 3405-2828

Departamento de Higiene e Saúde de Pompeia – Extrato 09/2026
Grupo de Vigilância Sanitária – Setembro de 2026

Emissão de Licença de Funcionamento

DK Fit Condicionamento Físico Ltda – ME – CNPJ: 65.560.928/0001-76
Av. Perimetral, 1371 – Pompeia – SP
CEVS: 354000201-931-000052-0-7 – Deferido: 08/09/2026
Responsável Legal/Técnica: Daniele Bernardo Lazarini

Karen Fernandes Madi Priedols Ltda - ME- CNPJ: 68.574.111/0001-45
Rua Santiago Martins Corral, 498 - Pompeia SP
CEVS: 354000201-863-000295-1-3 - Deferido: 11/09/2026
Responsável Legal/Técnico: Karen Fernandes Madi Priedols

60.297.866 Matheus Silva Pital – ME – CNPJ: 60.297.866/0001-38
Av. Nove de Julho, 72 – Paulópolis/Pompeia – SP
CEVS: 354000201-561-000664-1-9 – Deferido: 09/09/2026
Responsável Legal: Matheus Silva Pital

Prefeitura Municipal de Pompeia – CNPJ: 44.483.444/0001-09
CEMEI Sonho de Criança
Rua Dr. José de Moura Resende, 650 – Pompeia – SP
CEVS: 354000201-562-000076-1-7 – Deferido: 22/09/2026
Responsável Legal: Marileide de Maia Mascarin
Responsável Técnica: Flávia Trentini Zapparolli

Prefeitura Municipal de Pompeia – CNPJ: 44.483.444/0001-09
EMEF de Pompeia (Grupão)
Rua Deputado Romeiro Pereira, 150 – Pompeia – SP
CEVS: 354000201-562-000079-0-0 – Deferido: 14/09/2026
Responsável Legal: Juliana Nascimento Duarte
Responsável Técnica: Flávia Trentini Zapparolli

Prefeitura Municipal de Pompeia – CNPJ: 44.483.444/0001-09
EMEF Orlando Cassaro de Paulópolis
Av. Antônio Rosa, 28 – Pauópolis/Pompeia – SP
CEVS: 354000201-562-000077-1-4 – Deferido: 14/09/2026
Responsável Legal: Marileide de Maia Mascarin
Responsável Técnica: Flávia Trentini Zapparolli

Prefeitura Municipal de Pompeia – CNPJ: 44.483.444/0001-09
EMEF Professor Carmelino José Dalsentes
Rua Presidente Castelo Branco, 50 – Pompeia – SP
CEVS: 354000201-562-000078-0-3 – Deferido: 14/09/2026
Responsável Legal: Marileide de Maia Mascarin
Responsável Técnica: Flávia Trentini Zapparolli

Prefeitura Municipal de Pompeia – CNPJ: 44.483.444/0001-09
Escola em Tempo Integral de Pompeia
Rua Moysés Ferreira Martins, 50 – Pompeia – SP
CEVS: 354000201-562-000080-0-1 – Deferido: 14/09/2026
Responsável Legal: Raquel Pereira Relvas Silva
Responsável Técnica: Flávia Trentini Zapparolli

Rafaella Parpinelli Zamarioli Ltda – ME – CNPJ: 67.765.126/0001-28
Rua Clementino José de Paula, 172 – Pompeia – SP
CEVS: 3500002021-863-000380-0-8 – Deferido: 02/09/2026
Responsável Legal/Técnica: Rafaella Parpinelli Zamarioli

Sheila Nunes Marino Colucci – CPF: 221.107.368-95
Rua Pedro Palone, 168 – Pompeia – SP
CEVS: 354000201-865-000231-0-8 – Deferido: 28/09/2026
Responsável Legal/Técnica: Sheila Nunes Marino Colucci

Alteração de Razão Social

DE: Samir Ítalo Soares Saraiva – ME – CNPJ: 29.320.299/0001-43
Para: S.I. Soares Saraiva Odontologia Ltda – CNPJ:29.320.299/0001-43
Rua Dr. José de Moura Resende, 467 – Pompeia – SP
CEVS: 354000201-863-000302-1-0 (Consultório) – Deferido: 14/09/2026
CEVS: 354000201-863-000303-1-7 (Raio X) – Deferido: 14/09/2026
Responsável Legal/Técnico: Samir Ítalo Soares Saraiva

Alteração de Responsável Técnico

DHS – UBS Angelina Pilon Oliva – CNPJ: 57.266.025/0001-59
Rua Clementino José de Paula, 443 - Pompeia – SP
CEVS: 354000201-863-000279-1-0 – Deferido: 03/09/2026
Responsável Legal: Juliana Angélica Cardoso
De: Júlia Moretti de Mello – **Para:** Layane da Silva Santos
Resp. Técnico Substituto: Anderson Dias Bernardo

D.H.S. – U.B.S. Novo Cravinhos – CNPJ: 57.266.025/0001-59
Rua João Alves da Cruz, s/n – Pompeia – SP
CEVS: 354000201-863-000270-1-4 – Deferido: 04/09/2026
Responsável Legal: Juliana Angélica Cardoso
De: Hugo Shimidt Luizetti – **Para:** Gabriel José Martins

DHS – USF "Dr. Elysio Prado Moreira" - CNPJ: 57.266.025/0001-59
Rua Epaminondas de Toledo Pizza, s/n - Pompeia SP
CEVS: 354000201-863-000160-1-2 - Deferido: 04/09/2026
Responsável Legal: Juliana Angélica Cardoso
De: Hugo Shimidt Luizetti – **Para:** Gabriel José Martins
Responsável Técnico Subst: Suelen Chidichimo de França Barnabé

DHS - USF "Odair Aparecido Roque Botter"- CNPJ: 57.266.025/0001-59
Rua Manoel Fernandes, - Pompeia – SP
CEVS: 354000201-863-000026-1-5 - Deferido: 04/09/2026
Responsável Legal: Juliana Angélica Cardoso
De: Gabriel José Martins – **Para:** Zenia Isabel Martin Campos
Responsável Técnico Substituta: Valkiria Gomes Lima

De: Tamiris Pitana Martins – **Para:** Laira Aparecida Reis Chicarelli
F&F CO Alimentação Ltda – CNPJ: 28.468.289/0099-09
Av. Industrial, 208 – Pompeia – SP
CEVS: 359000201-561-000065-1-3 – Deferido: 03/10/2025
Responsável Legal: Victor Santos Franco
Responsável Técnica: Laira Aparecida Reis Chicarelli

Santa Casa de Pompeia – CNPJ: 55.065.601/0001-74
Rua Luiz Selani Neto, 345 - Pompeia – SP
CEVS: 354000201-861-000003-1-0 – Deferido: 03/09/2026
Responsável Legal: Edson Jorge Basílio
De: Giovana Loureda – **Para:** Caroline Segato Cortez

Valor da publicação: R$ 108,00.
Conforme Lei Municipal Nº 2.650, de 30 de março de 2016

Renovação de Licença de funcionamento

Bruna Martins de Morais – ME – CNPJ: 44.705.047/0001-26
Rua Getúlio Vargas, 109 – Pompeia – SP
CEVS: 345000201-561-000637-1-1 – Validade: 29/09/2027
Responsável Legal: Bruna Martins de Morais

Centro Dia Thereza Sperandio Moro – CNPJ: 44.483.444/0001-09
Rua Alberto Verri, s/n – Pompeia – SP
CEVS: 354000201-880-000008-1-7 – Validade: 02/09/2027
Responsável Legal: Fernanda Costa Gregório Souza
Responsável Técnico: Valquíria Bonacina Sichelschmidt
Responsável Técnico Substituto: Eva Maria Baldassini Matos

Centro Dia Thereza Sperandio Moro – CNPJ: 44.483.444/0001-09
Rua Alberto Verri, s/n – Pompeia – SP
CEVS: 354000201-109-000014-1-4 – Validade: 02/09/2027
Responsável Legal: Fernanda Costa Gregório Souza
Responsável Técnico: Flávia Trentini Zapparolli

Ciciliatti & Gomes Odontologia Ltda – CNPJ: 28.709446/0001-09
Rua Carlos Bueno de Toledo, 32 – Pompeia – SP
CEVS: 354000201-863-000240-1-5 – Validade: 16/09/2027
CEVS: 354000201-863-000258-1-0 – Validade: 16/09/2027
Responsável Legal/Técnico: Mariana Gomes

Costa Clínica de Fisioterapia de Pompeia Ltda
CNPJ: 04.351.423/0001-07
Rua Humberto Polizio, 54 - Pompeia SP
CEVS: 354000201-865-000092-1-0 - Validade: 04/08/2027
Responsável Legal: Maria Isabel Costa

Dalva Maria de Castro Salgueiro – CPF: 085.571.938-90
Rua Pedro Palone, 260 – Pompeia – SP
CEVS: 354000201-863-000198-1-0 – Validade: 24/09/2027
Responsável Legal/ Técnico: Dalva Maria de Castro Salgueiro

Elisângela Machado Ferreira 29972746801 – ME
CNPJ: 23.200.238/0001-66

Av. Bonifácio Martins, 13 – Paulopolis / Pompeia – SP
CEVS: 354000201-561-000612-1-2 - Validade: 04/09/2027
Responsável Legal: Elisângela Machado Ferreira

Ercio Takashi Hakamada – ME – CNPJ: 28.560.129.0001-73
Rua Washington Luiz, 1320 (Pesqueiro) Pompeia – SP
CEVS: 354000201-561-000534-1-4 – Validade: 02/09/2027
Responsável Legal: Ercio Takashi Hakamada

Erivelto Pauletto ME - CNPJ: 11.916.712/0001-71
Rua Shoji Hasegawa, 10 - Pompeia – SP
CEVS: 354000201-561-000614-1-7 - Validade: 15/09/2027
Responsável Legal: Erivelto Pauletto

Francinne Felix Alves – CPF: 412.901.288-63
Rua Júlio da Costa Barros, 67 – Pompeia - SP
CEVS: 354000201-863-000321-1-5 – Validade: 02/09/2027
Responsável Legal / Técnico: Francinne Felix Alves

Gabriela Ribeiro Marinho – ME – CNPJ: 28.646.177/0001-89
Rua Manoel Molina Frias, 573 – Pompeia – SP
CEVS: 354000201-865-000157-1-7 - Validade: 08/09/2027
Responsável Legal: Gabriela Ribeiro Marinho

João Ernandes Jr. Pompeia ME - CNPJ: 060.020.344/0001-94
Rua: Senador Rodolfo Miranda, 468 - Pompeia SP
CEVS: 354000201-561-000023-1-3 - Validade: 08/09/2027
Responsável Legal: João Ernandes Júnior

Louize Russo de Godoy – CPF: 285.403.358-24
Rua Santiago Martins Corral, 498 – Pompeia – SP
CEVS: 354000201-863-000272-1-9 (Consultório) – Validade: 14/09/2027
CEVS: 354000201-863.000237-1-0 (Raio X) – Validade: 14/09/2027
Responsável Legal/Técnica: Louize Russo de Godoy

Máquinas Agrícolas Jacto S/A - CNPJ: 55.064.562/0013-24
Av. Perimetral, 901 Pompeia SP
CEVS: 354000201-838-000290-1-7 - Validade: 11/09/2027
Responsável Legal: Ricardo Seiji Bernades Nishimura
Responsável Técnico: João Paulo Alvarez

Máquinas Agrícolas Jacto S/A - CNPJ: 55.064.562/0013-24
Av. Perimetral, 901 Pompeia SP
CEVS: 354000201-464-000019-1-0 - Validade: 11/09/2027
Responsável Legal: José Renato Demian Ferreira
Responsável Técnico: Daniel Pereira do Carmo

Máquinas Agrícolas Jacto S.A – CNPJ: 55.064.562/0013-24
Av. Perimetral, 901 – pompeia – SP
CEVS: 354000201-862-000003-1-0 – Validade: 28/09/2027
Responsável Legal: Ricardo Seiji Bernardes Nishimura
Responsável Técnico: Adriano Moro Gimenes

Marcos Cerqueira 18071524808 – CNPJ: 24358.230/0001-95
Rua Milton Campos, 127 – Pompeia – SP
CEVS: 354000201-960-000232-1-3 – Validade: 28/09/2027
Responsável Legal: Marcos Cerqueira

Mptran Medicina do Trafego – ME – CNPJ: 47.480.204/0001-30
Rua Senador Rodolfo Miranda, 237 – Pompeia – SP
CEVS: 354000201-863-000320-1-8 – Validade: 24/09/2027
Responsável Legal / Técnico: Caio César Gabrielli Belmont
Responsável Legal / Técnico: Daniel Assis de Siqueira

M. S. Pharmácia Ltda – ME – CNPJ: 18.454.483/0001-60
Rua Antônio Rúbio, 188 – Pompeia – SP
CEVS: 354000201-477-000048-1-2 – Validade: 21/09/2027
Responsável Legal/Técnico: Marcel de Almeida Suga

Natália Ayumi Mamossi - CPF: 954.239.159-53
Av. Benjamin Constant, 241 - Pompeia / SP
CEVS: 354000201-863-000177-1-0 - Validade: 10/09/2027
Responsável Legal/Técnica: Natália Ayumi Mamossi Saito

Óptica Sol de Pompeia Ltda. – ME – CNPJ: 074.587.833/0001-37
Rua Senador Rodolfo Miranda, 505 – Centro – Pompeia / SP
CEVS: 354000201-477-000016-1-9 – Validade: 10/09/2027
Responsável Legal/Técnico: Valdir Ramos

Renan Cavalieri Pereira – CPF: 325.828.748-17
Av. Benjamin Constant, 408 – Pompeia – SP
CEVS: 354000201-863-000132-1-8 – Validade: 10/09/2027
Responsável Legal / Técnico: Renan Cavalieri Pereira

Sílvio Aparecido Pereira – CPF: 029.369.538-55
Av.Benjamin Constant, 408 – Pompeia – SP
CEVS:354000201-863-000263-1-0 – Validade: 04/09/2027
Responsável Legal/Técnico: Sílvio Aparecido Pereira

Twinkel Indústria e Comércio Ltda CNPJ: 55.719.405/0001-76
Avenida Industrial, 70 Pompeia – SP
CEVS: 354000201-103-000002-1-3 - Validade: 21/09/2027
Responsável Legal: Ike Rachimat Halim Darsono

Valor da publicação: R$ 108,00.
Conforme Lei Municipal Nº 2.650, de 30 de março de 2016

W&A Distribuidora Alimentícia de Marília Ltda – EPP
CNPJ: 33.200.885/0002-02
Rua Getúlio Vargas, 135 – Pompeia – SP
CEVS: 354000201-471-000120-1-7 – Validade: 29/09/2027
Responsável Legal: Willian Fernandes Girotto

Baixa por Motivo de Mudança na Razão Social

Karen Fernandes Madi Priedols - CPF: 214.920.058-94
Rua Santiago Martins Corral, 498 - Pompeia SP
CEVS: 354000201-863-000295-1-3 (Consultório) - Deferido: 11/09/2026
CEVS: 354000201-863-000296-1-0 (Raio X) - Deferido: 11/09/2026
Responsável Legal / Técnico: Karen Fernandes Madi Priedols

Valle Mercearia Ltda – CNPJ: 32.378.773/0001-00
Av. Vereador José Marques Campoy, 224 – Pompeia – SP
CEVS: 354000201-471-000124-1-6 – Deferido: 30/09/2026
Responsável Legal: Leandro Minoru Hidaka da Silva

Termo de Inutilização de Produtos Controlados

Santa Casa de Pompeia – Termo nº. 1440 – Série: AAA
Farmácia Rovigo Ltda – Termo nº. 1441 – Série: AAA
Drogaria e Perfumaria Kera Oliva Ltda – Termo nº. 1442 – Série: AAA
Drogaria Catedral Ltda – Termo nº. 1449 – Série: AAA
Solange dos Santos Henrique Frigério – me – Termo nº. 1444 – Série: AAA

O Diretor da Vigilância Sanitária do Município de Pompeia defere os comunicados citados; onde os responsáveis assumem cumprir a legislação vigente, respondendo civil e criminalmente pelo seu não cumprimento; sujeitando-se inclusive ao cancelamento dos respectivos documento.

Valor da publicação: R$ 31,32.
Conforme Lei Municipal Nº 2.650, de 30 de março de 2016





Valor da publicação: R$ 56,00.
Conforme Lei Municipal Nº 2.650, de 30 de março de 2016



